

## Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural – SEDEC

### Quem somos?

---

À Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural/SEDEC cabe promover o acesso da população à produção cultural local e regional, inclusive por meio da associação das atividades culturais à outras atividades econômicas.

Cabe também coordenar as ações nos espaços públicos destinados à integração de acesso a cultura, supervisionar e implementar as diretrizes de governança, de infraestrutura e de gestão dos equipamentos culturais. Planejar e executar ações relativas à celebração, ao acompanhamento e à prestação de contas de convênios, de acordos e outros instrumentos congêneres no âmbito de sua competência.

É responsável, ainda, por formular diretrizes, metas, planejamento, execução e ações de infraestrutura cultural, promovendo a circulação e a difusão de seus bens culturais no âmbito da Secretaria Especial de Cultura, junto aos pontos e pontos de cultura.

A sua estrutura administrativa é composta pelo gabinete da secretaria, pelo Departamento de Desenvolvimento, Análise Gestão e Monitoramento, com duas Coordenações-Gerais, para análise e desenvolvimento dos projetos e para o monitoramento

e fiscalização das operações, além da Coordenação-Geral de Gestão Compartilhada.

Juntamente com o secretário Nacional de Desenvolvimento Cultural, cabe ao gabinete assistir as atividades de representação institucional, a definição de diretrizes na implementação das ações, supervisão das atividades administrativas, divulgação dos atos normativos e demais atos afetos à gestão da secretaria.

Ao Departamento de Desenvolvimento, Análise, Gestão e Monitoramento, juntamente com suas Coordenações-Gerais, cabe a elaboração dos projetos estratégicos e planos de ação para a implementação de equipamentos culturais, desenvolver modelos de projetos arquitetônicos, integrar ações técnicas, com estados, Distrito Federal e municípios, de fortalecimento dos programas, avaliação técnica das propostas, supervisão de contratos, convênios e demais termos congêneres, acompanhar a execução e avaliação dos projetos de obras, auxiliar na fiscalização e monitoramento da execução física e financeira de contratos de convênios, termos de parceria e orientações aos entes federativos quanto à instrução técnica dos planos de trabalho e das propostas dos instrumentos.

À Coordenação-Geral de Gestão Compartilhada cabem as ações de apoio aos entes na estruturação, monitoramento e avaliação da gestão compartilhada dos equipamentos. Fortalecimento das ações, promoção da mobilização social e ocupação dos equipamentos, com a articulação entre órgãos, secretarias,

gestores e comunidades para a promoção do engajamento social. Elaboração de capacitações com gestores e membros da sociedade civil de apoio às atividades desenvolvidas, e a realização dos demais atos administrativos de forma articulada e integrada junto às praças.

## Nossa atuação em 2020

---

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural atuou de maneira decisiva na análise das emendas, na aprovação dos projetos incentivados pela Lei de Incentivo, como membro da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), nas operações dos contratos de repasse junto à Caixa Econômica Federal (CEF), além da manutenção na execução do programa Estações Cidadania-Cultura.

Ressalta-se que o programa Estações Cidadania-Cultura, atualmente presente nos 26 (vinte e seis) estados e no Distrito Federal é o maior Programa da Secretaria Especial da Cultura de inclusão social por meio do desenvolvimento de práticas de cultura e arte.

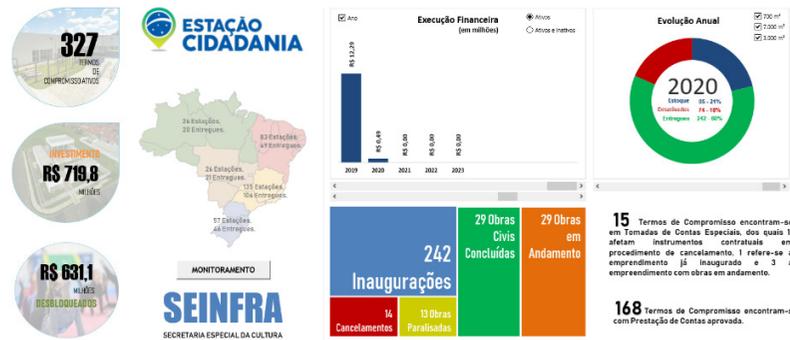
Projeto de implementação de equipamentos socioculturais em áreas de vulnerabilidade social, com a parceria de outros órgãos, destaca-se pela concepção de espaços voltados para a prática de políticas sociais nacionais e locais, oferecendo diversas ações e inclusão socioculturais para comunidades em situação de risco, atendendo também a primeira infância e demais grupos etários.

As ações intersetoriais incluem Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), áreas esportivas e culturais dispostos em três modelos de referência (consulta disponível em: <http://estacao.cultura.gov.br/projetos-de-referencia/>) com a política de gestão tripartite para cada equipamento, integrando políticas culturais e sociais voltadas ao desenvolvimento cultural, característica marcante da nossa sociedade.

Desta maneira, mesmo com o impacto gerado pelas alterações trazidas pela publicação do Decreto 10.359, de 20 de maio de 2020, que transferiu a Secretaria Especial da Cultura para o Ministério do Turismo, em 2020, atingimos a marca de 242 unidades do programa entregue, distribuídas equitativamente nas 5 regiões do país, totalizando um investimento de pouco mais de R\$ 700 milhões.

Visando consolidar a participação social e a intersetorialidade na gestão local das Estações Cidadania - Cultura, os entes federados (municípios e Distrito Federal) devem constituir Grupos Gestores Tripartite para cada equipamento, a ser composto por um terço da sociedade civil (moradores e trabalhadores do entorno), um terço da sociedade civil organizada (associações, organizações não governamentais, entidades parceiras) e um terço do poder público local (secretarias e órgãos municipais dos diversos setores atuantes na Praça, representados, no mínimo, pelas áreas de cultura, esporte e assistência social). O Grupo Gestor deve ser instituído por lei, decreto ou portaria municipal como resultado do

processo de mobilização social, conforme Portaria MinC n° 95/2014.



Fonte: Arquivo Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural.

, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em localidades de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Por fim, ressaltamos a manutenção das ações de continuidade nos fluxos de pagamentos, do volume de emendas empenhadas e demais atividades no âmbito dessa SEDEC.

## O que queremos para os próximos anos?

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento tem por objetivo dar continuidade às ações de integração, facilitar e melhorar cada vez mais a comunicação do governo com a sociedade. Nesse sentido, o principal desafio é o de dar suporte à retomada do crescimento econômico e cultural do setor, um dos mais afetados pela pandemia da Covid-19, através do retorno das

atividades de mobilização, da utilização dos espaços, a entrega de mais unidades Estação Cidadania-Cultura e a produção de novos projetos.

Para tanto, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural dará continuidade ao programa Estações Cultura

Os projetos arquitetônicos de referência das Estações Cultura contam com três modelos de equipamento, previstos para terrenos com dimensões mínimas de 700 m<sup>2</sup>, 3.000 m<sup>2</sup> e 7.000m<sup>2</sup>, com biblioteca, cineteatro (48, 60 ou 125 lugares), laboratório multimídia, salas de oficinas, espaços multiuso, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), além disso contam com pista de skate, quadra de eventos coberta, playground, pista de caminhada, dando à sociedade mais vulnerável acesso à prática de esporte e a serviços sociais, tirando das ruas milhares de jovens e crianças, o que auxilia diretamente no combate à violência e na melhoria da qualidade de vida local.

Atualizar o programa Estações Cidadania – Cultura, com novos conceitos e nova nomenclatura, é uma meta da SECULT/ SEDEC. O lançamento do Programa com o nome Pracinhas de Cultura visa gerar uma forte identidade perante a sociedade como um todo, possibilitando um relançamento do Programa para um novo ciclo de captação de recursos e revitalização do mesmo.

A mudança desejada vai além de uma nova perspectiva da gestão dos espaços, ampliando o compartilhamento entre as prefeituras e a comunidade, projetando mais dinamismo das

ações por meio dos Grupos Gestores, encarregados de acompanhar a gestão e elaboração de Estatuto do Grupo e um Regimento Interno do espaço, além de fornecer informações acerca do funcionamento para o sistema Praças, potencializando a participação social e o engajamento das comunidades, inserindo parcerias público-privadas, visando agregar mais valor aos espaços.

Além das ações afirmativas, visamos como medida necessária para melhoria da situação o desenvolvimento de novos projetos específicos para a melhoria dos equipamentos, como por exemplo, a possibilidade de instalação de geração e distribuição de energia solar fotovoltaica nos espaços, consolidando a transversalidade das polícias públicas, contribuindo com a sustentabilidade do programa e também inserindo os equipamentos como potenciais geradores de economia, com retorno financeiro, podendo ser dimensionado para a própria melhoria dos espaços, como suporte para assessoria, consultoria e fiscalização dos projetos em arquitetura e engenharia.

Também é importante destacar que para além das atividades desenvolvidas e para que os espaços tenham mais dinamismo é necessário que os diversos atores envolvidos (sociedade, entes federativos, União, por intermédio da Secretaria Nacional do Desenvolvimento Cultural e produtores locais), atuem de forma a levar emprego e renda, aproveitando ao máximo todo o processo. Passando também por uma agenda legislativa que corrobore com possibilidades de participação da iniciativa

privada, com investimentos para alancar carreiras, visualizar talentos e sobretudo fazer com que o projeto rompa a barreira da construção, atingindo também ganho econômico para as comunidades.